

Constituição da disciplina curricular Língua Portuguesa: livros didáticos e configuração gráfica ao longo das décadas

Joceli Cargnelutti

Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, Rio Grande do Sul, 97110-000, Brasil
jocelicargne@gmail.com

RESUMO

O presente artigo apresenta reflexões a partir de alguns textos voltados à configuração gráfica dos livros didáticos de Português a partir da década de 1960, como possibilidade de conhecer e ampliar os estudos voltados ao ensino de língua materna e a constituição da disciplina curricular Língua Portuguesa. O interesse é lançar um olhar que articule as várias produções, procurando pontos de convergência sobre a constituição desse objeto utilizado no ensino da língua portuguesa.

0 PARA INICIAR

A partir das leituras e discussões realizadas durante as pesquisas de doutorado para conhecer a história do ensino de Língua Portuguesa, neste artigo, apresento elementos adicionais voltados ao ensino de língua materna, com o intuito de ampliar os estudos sobre a constituição da disciplina curricular Língua Portuguesa.

Para conhecer o passado do ensino de uma disciplina, neste caso, de Língua Portuguesa, há várias vias de acesso, seja, por exemplo, através de publicações acadêmicas de linguistas, currículos escolares, documentação oficial, cadernos de alunos, relato de professores, diários de classe, dentre outras fontes que possibilitam refletir e discutir sobre essa constituição. Neste trabalho, volto-me ao passado do ensino da disciplina Língua Portuguesa, e para aproximar-me dessa história, opto como via de acesso o livro didático de Língua Portuguesa, olhando especificamente para a configuração gráfica desse material.

Nesse percurso investigativo, embora muito embrionário, estabeleço um diálogo com diferentes textos acadêmicos publicados em diferentes períodos, voltados a essa temática, advindos das várias áreas do conhecimento como, por exemplo, História, Geografia, Design, dentre outras, com destaque à área dos estudos linguísticos. Focalizo, no trabalho, textos que referenciam as mudanças ocorridas na configuração dos livros didáticos a partir da década de 1960, pois a partir desse período é possível verificar diferentes mudanças em suas características, como o uso de formatos maiores, generalização da impressão em cores a partir da renovação do maquinário gráfico, emprego de novas formas tipográficas com a introdução da fotocomposição, substituição da capa dura pelo acabamento brochura, conforme Moraes (2008).

Não é intenção realizar uma análise detalhada das alterações ocorridas nos livros didáticos a partir dos anos 1960. Meu interesse é lançar um olhar que articule as várias produções, procurando pontos de convergência sobre a constituição desse objeto utilizado no ensino da língua portuguesa; um olhar diferente, que o investigue, descreva e compreenda e que se lance do lugar de uma história e de uma sociologia do ensino, que busque uma

perspectiva sócio-histórica do livro didático (Soares, 1996).

Nesta mesma direção, com o intuito de trazer elementos que possam auxiliar na leitura dos diferentes textos, apoio-me em Bakhtin, em seu texto *Observações sobre a epistemologia das ciências humanas* (1974/2000, p. 402), onde o autor destaca que ler textos é estar no campo da compreensão, sendo esta dialogicamente ativa. Esta visão se coloca em função de Bakhtin entender que o fazer científico nas ciências humanas se materializa por gestos interpretativos, por contínua atribuição de sentidos e não por gestos matematizados.

Bakhtin entende as “ciências humanas – ciências que tratam do espírito” (p. 404) como ciências do texto por se constituir como uma forma de saber dialógico em que o intelecto está diante de textos que não são coisas mudas, mas a expressão de, pelo menos, dois sujeitos: o que analisa e o analisado. Dessa forma “o texto só vive em contato com outro texto (contexto). Somente em seu ponto de contato é que surge a luz que aclara para trás e para frente, fazendo que o texto participe de um diálogo” (p. 404). Para Bakhtin, esse diálogo é construído a partir de “etapas da progressão dialógica da compreensão: o ponto de partida – o texto dado, para trás – os textos passados, para frente – a presunção (e o início) do contexto futuro” (p. 404).

Debruçada sobre a significação, as ciências humanas trabalham com a compreensão, apontando para o possível, porque “compreender é cotejar com outros textos e pensar num contexto novo (no meu contexto, no contexto contemporâneo, no contexto futuro).” (p. 404). Assim entendo que ler textos é estar no campo das possibilidades, bem como estar situado num determinado momento histórico-social.

A partir dessa delimitação e com o intuito de articular o maior número de elementos relacionados à configuração gráfica dos livros didáticos de Língua Portuguesa, tomei contato com vários textos acadêmicos publicados no Brasil, que, de certa forma, dialogam com meu trabalho na medida em que oferecem uma base para a pesquisa em questão.

1 INVESTINDO ALGUNS TEXTOS

Ao longo dos últimos anos vem sendo realizadas diferentes pesquisas sobre o livro didático, sobre os mais variados aspectos tais como o pedagógico, o político, o econômico e o cultural (Soares, 1996). A preocupação em pesquisá-lo leva em conta o fato de que o material didático tem uma grande importância na construção do saber escolar.

Lendo textos acadêmicos voltados ao interesse deste trabalho, observamos que o de Moraes (2008), trata da renovação visual do livro didático no Brasil a partir dos anos 1960. Já Bittencourt (2008) é relevante, por tratar de alguns pontos históricos relativos à configuração gráfica dos livros didáticos de outra área, História e Belmiro (2008), apresenta um estudo sobre relações entre imagem e textos verbais em cartilhas de Alfabetização e livros de Literatura Infantil. Para tratar do livro didático de Língua Portuguesa no processo de configuração gráfica, os autores Belmiro (2000) e Nakamoto (2010) são de grande relevância.

Para uma tomada de conhecimento, trago, em linhas gerais, alguns pontos sobre a configuração gráfica dos livros didáticos levantados pelos autores nos diferentes trabalhos e que nos interessam para o desenvolvimento desta pesquisa.

2 A RENOVAÇÃO VISUAL DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

Sobre a renovação visual do livro didático no Brasil, trago o artigo de Moraes (2008) que, segundo o autor apresenta parte do trabalho de Ary Almeida Noronha para a Editora Ática, sobre a criação de capas para os livros didáticos escolares das décadas de 1970 a 1990. Até os anos 1960, a produção do livro didático no Brasil apresenta características de uma cultura própria, ligada por um lado à indústria tradicional do livro, com a linguagem de tipo vernacular, isto, é, criada e desenvolvida nesse meio, e por outro com a própria cultura escolar e suas demandas pedagógicas específicas do período.

Expõe o autor que, em pesquisas envolvendo aspectos materiais e visuais dos livros escolares produzidos nos anos de 1960 e 1970, foi possível verificar mudanças em suas características, como o uso de cores, alteração no formato, uso de imagens, enfim, transformações que relacionavam estreitamente num mesmo processo a expansão do ensino de massas no país ao crescimento e surgimento de editoras de obras destinadas a esse mercado e à renovação do parque gráfico nacional ocorrido naqueles anos.

Moraes percebeu uma inflexão na linguagem gráfica dos livros – menos no miolo e mais nas capas –, no sentido de aproximá-la da visualidade de outros produtos impressos, e identificar o momento, as causas e os agentes responsáveis por essas transformações. Segundo o estudioso, dentre as inovações editoriais, propostas por Noronha na Ática, está a objetividade na apresentação e a comunicação mais direta e informal com o aluno, materializando-se numa relação entre texto e imagem e na presença de jogos e quadrinhos, até então inexistentes nos livros didáticos. Essas alterações, conforme Moraes, estavam em sintonia com as mudanças de comportamento ocorridas na sociedade brasileira e mundial naqueles anos.

No dizer de Moraes, Ary Noronha percebia que muitos livros dos anos 1970 tinham qualidade de texto na

exposição dos conteúdos e na busca pelo envolvimento do leitor, mas isso não era acompanhado pela visualidade e principalmente não se expressava na capa. A seu ver (Noronha), as editoras consideravam que, como a escolha das obras era feita pelo professor, pensavam apenas critérios referentes ao conteúdo textual, o que as desobrigava de despesas com apresentação visual. Para Moraes, Noronha reconheceu nos livros da Ática uma tentativa de considerar os aspectos visuais e atingir também os alunos, pelo uso de quadrinhos e representações do universo juvenil, mas observou também que tanto o miolo como as capas eram antiquados no uso da tipografia e da imagem e distantes da visualidade que professor e estudantes encontravam em outros meios de comunicação.

Segundo Moraes, para Ary Noronha, o meio de obter o interesse do professor pelo conteúdo dos livros e se decidir pela sua adoção era o impacto que as capas deveriam causar. Estas também deveriam ser de agrado do aluno, portar uma linguagem com a qual eles se reconhecessem e se identificassem, como fator fundamental de motivação e interesse pelo estudo e pela escola. O problema era essencialmente o mesmo de qualquer publicação e o público seria sensível exatamente ao que fosse novo e diferente do que normalmente lhe era oferecido (MORAES, 2008a, p. 145).

Por fim, acrescenta ainda Moraes que, como era prática corrente nas editoras, a produção das capas se dava completamente independente da dos miolos. Com exceção de livros não-didáticos e alguns poucos didáticos, em que realmente se verificava a existência de um design que construía o livro como um objeto único, a atuação de Ary se deu primordialmente na criação de capas, vistas pela editora como elemento suficiente para definir a escolha pelo público e o sucesso comercial de uma obra.

3 A CONFIGURAÇÃO GRÁFICA E AS ILUSTRAÇÕES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE OUTRAS ÁREAS

Bittencourt (2008) comenta que a recorrência às imagens foi uma prática usual no transcorrer do século XIX, obedecendo às argumentações de intelectuais sobre sua utilidade na formação do espírito infantil. No dizer da autora, as imagens criavam uma maneira especial de leitura, sobretudo, na fase inicial de alfabetização, onde se mesclava com a oralidade, pois a apresentação de ilustrações favorecia, em princípio, o diálogo, suscitando comentários que deslizavam continuamente de escrito para o oral e do oral para o escrito. “E, desde o início das publicações de livros para as crianças, pode-se constatar que são ilustrados” (Bittencourt, 2008, p. 197).

Para Bittencourt até o final do século XIX os livros didáticos nacionais eram ilustrados em preto e branco, excetuando-se algumas obras publicadas no exterior cujas ilustrações apresentavam-se coloridas. No dizer da autora, dependendo dos conteúdos das disciplinas, as ilustrações tornaram-se uma necessidade, fazendo parte, em geral, como anexo ou nas partes finais da obra. Exemplos citados pela estudiosa são os livros de Física e Química e, em certa medida, os de Geografia, que traziam uma dificuldade complementar com a questão das representações espaciais, condição que tornava imprescindível a apresentação de mapas.

Bittencourt afirma que as ilustrações dos livros didáticos favoreciam, de acordo com as concepções de aprendizado, uma forma de o aluno ter contato com situações mais

concretas não apenas para crianças, mas também para os jovens

No caso dos livros didáticos de História, a autora comenta que, dentre diferentes soluções encontradas para o ensino concreto de História, a introdução de ilustrações foi uma delas. O uso de ilustrações nas obras didáticas, retomando a tradição dos livros de doutrina cristã que, desde o início do século, valorizavam as imagens como meio de fixar as mensagens religiosas. Para Bittencourt, os livros de História impressos no Brasil possuíam qualidade inferior aos impressos no exterior e se limitavam a retratos, mal visualizados pela qualidade insatisfatória da impressão. Além disso, os autores desses livros não podiam contar com as facilidades de importar ou utilizar material iconográfico existente nas gráficas do exterior, obrigando os autores e editores a construir um acervo original. Para Bittencourt, a partir disso, surgiu a preocupação em pesquisar fontes iconográficas para reproduzi-las, construindo um imaginário do passado nacional a ser disseminado pela escola por intermédio do livro, que igualmente podia ser lido pelas famílias.

Bittencourt conclui afirmando que havia entre os autores, a preocupação com a veracidade da imagem apresentada, configurando-a como um documento capaz de provar a narrativa do autor. “A ilustração era reforço da concepção de História do autor” (Bittencourt, 2008, p. 202). Além disso, as melhorias técnicas das gráficas, ao lado do desenvolvimento de estudos pedagógicos, foram responsáveis pela disseminação das ilustrações nos livros didáticos.

4 LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E A CONFIGURAÇÃO GRÁFICA

No estudo desenvolvido por Belmiro (2000), a autora pretende compreender o uso de imagens em livros didáticos de Português dos fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, em contrapartida aos anos 1990. Para a estudiosa, ao longo da história da inserção da imagem em diferentes instâncias do espaço escolar e materiais produzidos para esse espaço, o livro didático vem se destacando. As situações de uso das imagens são recorrentes, evidenciando alguns pontos de sua contextualização sócio-histórica, em meio a políticas educacionais: como indicador do processo de modernização por que vem passando; como meio de trazer para dentro da sala de aula linguagens renovadas que circulam no dia a dia dos indivíduos; como tradução didático-metodológica de um ponto de vista sobre as relações de ensino-aprendizagem da língua portuguesa e outras linguagens.

Segundo a visão da autora, o quadro que se configura nos fins dos anos 1960 e na década de 1970 é de mudança de paradigma, o que pode ser detectado, segundo a estudiosa, em vários aspectos da relação ensino-aprendizagem: o quadro passou a ser de giz (cor verde), não há o estrado em que se destaca a figura do professor e que enfatiza a relação de poder. É o período da Teoria da Comunicação no Ensino de Língua Portuguesa, um tempo em que o mundo ocidental se vê envolto por grandes mudanças de comportamento dos jovens. A televisão começa a transmitir em cores. Por outro lado, amplia-se o número de vagas nas escolas brasileiras, de acesso de crianças de camadas populares aos bancos escolares, com mudanças significativas da clientela que frequenta a escola.

A partir desse contexto, o livro também passa a sofrer alterações. Para Belmiro (2000), o livro didático abandona a limitação do preto e branco, isto é, a folha branca como espaço vazio para a chegada do texto em preto, e toma cor. Progressivamente, esse espaço será redimensionado qual o uso poético dos poetas concretos, como veremos em anos seguintes. Mas não é assim rapidamente, e nem facilmente, que os manuais didáticos se transformam. Nos fins dos anos 60, é possível verificar, nos livros analisados, uma tendência tênue para a cor, talvez tímida, talvez insegura. Mas é presente e, o que constataremos depois, irreversível. Assim, podemos ver o tom terra, um pouco amarronzado, um pouco alaranjado, avermelhado, em algumas imagens, acompanhando o preto ou sendo por ele delimitado. Também surge a cor nas letras de subtítulos, no sublinhado das palavras, das frases, ou mesmo, num rasgo de intensidade, como uma mancha de fundo para destacar definições, conceitos, quadros sinóticos. Em outros momentos, são vistas numerações, também em marrom, que indicam a quantidade de linhas do texto (BELMIRO, 2000, p. 18).

Além desses elementos, a estudiosa destaca a presença da ilustração, inicialmente também em cor marrom, que introduz o texto da unidade. Para Belmiro, a semelhança de uso dessa imagem com as ilustrações em livros de literatura infantil e juvenil, até essa época, mais parece cópia, tais como os desenhos de personagens da ficção infantil situados no início de cada capítulo, muitas vezes colocado sobre um cenário construído como fundo para as ações do protagonista, a página introdutória da unidade no livro didático frequentemente organiza um certo olhar com o qual devemos nos aproximar do texto.

De acordo com a autora até o início da década de 70, a visualidade dos manuais didáticos parece refletir a ambiguidade do convívio entre o existente e o novo. Observa a estudiosa que, às vezes, vê-se a capa do livro repleta de estímulos visuais, contrariamente ao seu interior, sob a égide da procura da eficiência linguística. Afinal, questiona a autora, que caminho escolher (se é que é preciso escolher): a desistência da predominância da linguagem verbal, pela interferência da presença das imagens no convívio da página, ou o senso aguerrido de permanência de um saber constituído por uma cultura grafocêntrica?

Segue a autora expondo que, ao longo da década de 70, espelha-se todo o vigor dos anos rebeldes: cores, fotografias, desenhos, histórias em quadrinhos, e tantos outros instrumentos que possam contribuir para a absorção de teorias da comunicação que influenciam a produção do conhecimento linguístico e dos livros didáticos. Do mesmo modo, é como se as cores e formas rompessem o espaço em branco da folha para anunciar a existência de outros códigos de comunicação e novas formas de sociabilidade no interior da escola. É fundamental, porém, recorrer às seguintes perguntas para entender a nova rede de relações que se estabelece: Quem, na verdade, está anunciando essa “novidade”? Para quem? (BELMIRO, 2000, p. 19).

No dizer de Belmiro, a indústria gráfica, através da apropriação do discurso da comunicação, contamina o discurso pedagógico e faz-se presente por meio da produção de novos materiais a serem consumidos na escola.

A autora destaca que, o tópico aspectos visuais passou a ser considerado nos critérios de avaliação do livro didático propostos pelo MEC, para compor o conjunto de itens do

Plano Nacional do Livro didático/1999. O reconhecimento de que a ilustração faz parte do conteúdo desses livros e que, por assim ser considerada, deve também ser avaliada. Segundo Belmiro, a imagem tratada como ilustração, tem a importância de ajudar na visualização agradável da página. Se há textos muito longos, diz Belmiro, ela serve para quebrar o ritmo cansativo da leitura. Além disso, ela pode sugerir leituras, apoiá-las do ponto de vista do enredo, construir formas, personagens, cenários, enfim, compor, junto com o texto verbal, um horizonte de leitura.

Por fim, conclui a autora que, em todos os diferentes usos e funções da ilustração nos livros didáticos, o eixo ilustração, texto-leitor, não se constitui de forma simples, nem caminha na mesma direção. Além disso, a suposição inicial de complementaridade nessa relação nem sempre é confirmada e, em muitos casos, a ilustração ultrapassa o texto, ou, mesmo, nada lhe acrescenta. Pior, continua como mero indicador de modernidade, sem lidar com as possibilidades de sensibilização para leituras de mundo.

5 PARA FINALIZAR

A leitura dos diferentes trabalhos permite considerar que os vários textos dialogam entre si pelo simples fato de centrarem-se em focos comuns: livros didáticos, configuração gráfica. A partir de um determinado período, década de 1960, cresce e diversifica-se extraordinariamente a produção de livros didáticos no Brasil devido a diferentes fenômenos, conforme Soares (1996).

O primeiro diz respeito à diminuição do tempo de permanência na escola de um determinado livro; segundo, a autoria dos livros didáticos desloca-se progressivamente de cientistas, intelectuais, professores catedráticos de universidade para professores do ensino elementar; terceiro, devido à expansão da rede de ensino e ampliação do alunado, acelerando o processo de industrialização do país; quarto, as mudanças em seu conteúdo e na sua didatização. Para Soares (1996), o desenvolvimento cada vez mais rápido dos conhecimentos conduz a frequentes e significativas alterações nos livros didáticos. A alteração desse conteúdo reflete a natureza dos conhecimentos em cada momento disponíveis, as expectativas da sociedade em relação a esses conhecimentos para a formação das novas gerações.

Afirma a autora que o livro didático tornou-se, rapidamente, o texto impresso de maior circulação, atingindo uma população que se estendia por todo o país, caracterizando-se, desde seus primórdios, por tiragens elevadas, comparando-se à produção de livros em geral. A circulação desse material superava todas as demais obras de caráter erudito, possuindo um diferencial: é através dele que a sociedade se iniciava no mundo da leitura. Dessa forma, segundo Bittencourt, o consumo do livro didático foi se tornando quase que obrigatório nas escolas e o saber escolar contido em suas páginas era confeccionado por normas empresariais marcadas, fortemente, pelo modelo francês.

Além da estratégia exposta acima e do que foi colocado anteriormente, a alteração gráfica também foi extremamente relevante como tática de modernização e comercialização dos livros didáticos: alterações no tamanho, no formato, nas ilustrações, nas cores, propiciaram, sem dúvida, avanço tecnológico na produção de livros para atender as exigências apresentadas pelo mercado consumidor. Conforme Moraes (2008), o projeto gráfico das capas foi repensado para obter o interesse do

professor e também do aluno para uma possível adoção. Embora, conforme Moraes, o desenvolvimento das primeiras capas tenha envolvido custos elevados, numa produção lenta e trabalhosa, que incluía modelagem em argila, confecção de peças de acrílico e madeira, pintura de telhas, aerografia, solda, etc., a venda de livros a partir de tal experiência foi expressiva, o que levou à consolidação de uma estrutura bastante complexa e cara e a uma autonomia e poder de decisão sobre os aspectos visuais bastante raros no meio editorial dos anos 1960 e 1970.

Além disso, cumpre ainda destacar que a partir de meados da década de 1960, a produção do livro didático de Língua Portuguesa foi significativa, apresentando grandes mudanças na formatação e no seu design. Com isso, a questão verbal, que era primordial anteriormente, preenchendo o todo das páginas do livro, foi sendo reduzida para dar espaço à imagem. Essa prática continua de origem ao design dos livros didáticos que vemos hoje nas mãos das crianças: repletos de imagens, coloridos, com fontes as mais variadas possíveis (Nakamoto, 2010).

O trabalho investigativo realizado permitiu um primeiro contato com diferentes textos voltados à configuração gráfica dos livros didáticos. Embora o percurso apresentado seja muito inicial, de coleta de dados, de leitura, de buscas em outras áreas, é possível perceber que tenho um longo caminho pela frente, a saber, a partir desses elementos e de muitos outros não descobertos, delimitar a pesquisa para que de fato tal investigação possa contribuir com os estudos relativos à constituição da história da disciplina curricular Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] MORAES, Didier D. C. Dias de. *A renovação visual do livro didático no Brasil: o design de Ary de Noronha na Editora Ática*. Anais do 8º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. São Paulo: SP, 2008, p. 140-150.
- [2] SOARES, Magda Becker. *Um olhar sobre o livro didático*. In: *Presença Pedagógica*, v.2, n.12, Nov./dez. 1996, p. 52-64.
- [3] BAKHTIN, Mikhail. *Observações sobre a epistemologia das ciências humanas*. In: *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1974/1997, p. 401-414.
- [4] BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar: 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- [5] BELMIRO, Celia Bicalil. *A imagem e suas formas de visualidade nos livros didáticos de Português*. *Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 72, ago/2000, p. 11-31.
- [6] _____. *Um estudo sobre relações entre imagem e textos verbais em cartilhas de Alfabetização e livros de Literatura Infantil*. 285 folhas (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.